RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

Práticas de Controle Interno e Prevenção da Evasão Fiscal: Um Estudo de Caso na Empresa Modelo

Internal Control Practices and Tax Evasion Prevention: A Case Study at Empresa Modelo
Prácticas de Control Interno y Prevención de la Evasión Fiscal: Un Estudio de Caso en la Empresa Modelo

Klaicy May de Carvalho Soares – Centro Universitário Fametro - CEUNI,
klaicymayy@gmail.com

Resumo:
O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância das práticas de controle interno como instrumento de prevenção da evasão fiscal em organizações empresarias, a partir de um estudo de caso realizado na empresa denominada Modelo. Em um contexto marcado pelo aumento da complexidade tributária e pela intensificação da fiscalização por parte dos órgãos governamentais, torna-se imprescindível que as empresas adotem mecanismos eficazes de controles interno, capazes de garantir a conformidade fiscal, a integridade das informações contábeis e a mitigação de riscos operacionais. A pesquisa parte do pressuposto de que o controle interno não deve ser compreendido apenas como um instrumento de fiscalização, mas como um elemento estratégico voltado à promoção da governança corporativa, da transparência e da ética organizacional. Dessa forma, busca-se compreender de que maneira a implementação e o fortalecimento desses controles podem contribuir para redução de práticas irregulares, como a evasão fiscal, que compromete não apenas a saúde financeira da empresa, mas também sua reputação no mercado metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo, sendo conduzido por meio de um estudo de caso único. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com colaboradores dos setores administrativo, contábil e financeiro, além da análise documental de registros fiscais e relatórios internos da organização. Também foram realizadas observações diretas das rotinas operacionais, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos processos internos adotados pela empresa. Os resultados evidenciaram que, embora a organização possua uma estrutura básica de controle interno, ainda existem fragilidades significativas nos processos, como a ausência de padronização nos registros fiscais e a ocorrência de vendas sem a devida emissão de documentos ficais, o que configura risco potencial de evasão fiscal. Além disso, identificou-se a necessidade de maior integração entre os setores e de capacitação dos colaboradores quanto às práticas de conformidade tributária. Conclui-se que fortalecimento dos controles internos, aliado à implementação de práticas de governança e ao uso de tecnologias de gestão, contribui significativamente para a prevenção da evasão fiscal, promovendo maior segurança transparência e sustentabilidade econômica para a organização.

Palavras-chave:
Controle interno, Evasão fiscal, Governança corporativa, Conformidade tributária, Gestão contábil.

Abstract:
This study aims to analyze the relevance of internal control practices as an instrument to prevent tax evasion in business organizations, based on a case study conducted at the company named Modelo. In a context marked by increasing tax complexity and intensified inspection by government agencies, it is essential for companies to adopt effective internal control mechanisms capable of ensuring tax compliance, the integrity of accounting information, and the mitigation of operational risks. The research is based on the assumption that internal control

should not be understood merely as an inspection tool, but as a strategic element aimed at promoting corporate governance, transparency, and organizational ethics. Thus, it seeks to understand how the implementation and strengthening of these controls can contribute to reducing irregular practices, such as tax evasion, which compromises not only the company's financial health but also its market reputation. Methodologically, the study is characterized as applied research, with a qualitative approach and descriptive objective, conducted through a single case study. Data collection was carried out through semi-structured interviews with employees from the administrative, accounting, and financial sectors, in addition to the documentary analysis of tax records and internal organization reports. Direct observations of operational routines were also conducted, allowing a deeper understanding of the internal processes adopted by the company. The results showed that, although the organization has a basic internal control structure, there are still significant weaknesses in the processes, such as the lack of standardization in tax records and the occurrence of sales without the proper issuance of tax documents, which poses a potential risk of tax evasion. Furthermore, the need for greater integration between sectors and employee training regarding tax compliance practices was identified. It is concluded that strengthening internal controls, combined with the implementation of governance practices and the use of management technologies, contributes significantly to preventing tax evasion, promoting greater security, transparency, and economic sustainability for the organization.

Keywords:
Internal control, Tax evasion, Corporate governance, Tax compliance, Accounting management.

Resumen:
Este estudio tiene como objetivo analizar la relevancia de las prácticas de control interno como instrumento para prevenir la evasión fiscal en organizaciones empresariales, a partir de un estudio de caso realizado en la empresa denominada Modelo. En un contexto marcado por el aumento de la complejidad tributaria y la intensificación de la fiscalización por parte de los organismos gubernamentales, resulta imprescindible que las empresas adopten mecanismos eficaces de control interno capaces de garantizar el cumplimiento tributario, la integridad de la información contable y la mitigación de riesgos operativos. La investigación parte del supuesto de que el control interno no debe entenderse únicamente como un instrumento de fiscalización, sino como un elemento estratégico orientado a promover la gobernanza corporativa, la transparencia y la ética organizacional. De esta manera, se busca comprender cómo la implementación y el fortalecimiento de estos controles pueden contribuir a la reducción de prácticas irregulares, como la evasión fiscal, que compromete no solo la salud financiera de la empresa, sino también su reputación en el mercado. Metodológicamente, el estudio se caracteriza como una investigación aplicada, con enfoque cualitativo y objetivo descriptivo, desarrollada mediante un estudio de caso único. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con colaboradores de los sectores administrativo, contable y financiero, además del análisis documental de registros fiscales e informes internos de la organización. También se realizaron observaciones directas de las rutinas operativas, permitiendo una comprensión más profunda de los procesos internos adoptados por la empresa. Los resultados evidenciaron que, aunque la organización posee una estructura básica de control interno, todavía existen debilidades significativas en los procesos, como la falta de estandarización de los registros fiscales y la ocurrencia de ventas sin la debida emisión de documentos fiscales, lo que configura un riesgo potencial de evasión fiscal. Además, se identificó la necesidad de una mayor integración entre los sectores y de capacitación de los colaboradores en prácticas de cumplimiento tributario. Se concluye que el fortalecimiento de

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

los controles internos, aliado a la implementación de prácticas de gobernanza y al uso de tecnologías de gestión, contribuye significativamente a la prevención de la evasión fiscal, promoviendo mayor seguridad, transparencia y sostenibilidad económica para la organización.

Palabras clave:
Control interno, Evasión fiscal, Gobernanza corporativa, Cumplimiento tributario, Gestión contable.

1. Introdução

A eficiência na gestão empresarial está diretamente relacionada à existência de práticas estruturadas de controle interno, capazes de assegurar a confiabilidade das informações contábeis, a proteção dos ativos e o cumprimento das obrigações fiscais. Em um ambiente econômico cada vez mais competitivo e regulado, as organizações são constantemente desafiadas a aprimorar seus mecanismos de controle, de modo a reduzir riscos operacionais e garantir a conformidade com a legislação vigente.

Nesse contexto, o controle interno assume papel fundamental na prevenção de irregularidades, fraudes e práticas ilícitas, como a evasão fiscal, que consiste na omissão ou manipulação de informações com o objetivo de reduzir indevidamente a carga tributária. Tal prática, além de ilegal, pode acarretar sanções severas à organização, incluindo multas, penalidades administrativas e danos à imagem institucional. A adoção de práticas eficazes de controle interno contribui não apenas para a conformidade legal, mas também para a melhoria da gestão organizacional, promovendo maior eficiência operacional, transparência e prestação de contas. Dessa forma, o controle interno deve ser compreendido como um instrumento estratégico de gestão, e não apenas como um mecanismo de fiscalização.

A presente pesquisa foi desenvolvida na empresa Modelo, com o objetivo de analisar como as práticas de controle interno podem contribuir para a prevenção da evasão fiscal. A escolha do tema justifica-se pela relevância do assunto no contexto atual, em que muitas empresas ainda apresentam fragilidades nos processos internos, o que pode resultar em inconsistências fiscais e riscos legais.

Diante disso, apresenta-se a seguinte problemática: de que maneira as práticas de controle interno podem contribuir para a prevenção da evasão fiscal na empresa Modelo?

O objetivo geral do estudo consiste em analisar a eficácia dos controles internos na mitigação de riscos fiscais. Como objetivos específicos, destacam-se:

- Identificar os principais mecanismos de controle interno adotados pela empresa;
- Analisar as fragilidades existentes nos processos fiscais;

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

- Avaliar os riscos associados à evasão fiscal;
- Propor melhorias nos controles internos visando à conformidade tributária.

A relevância deste estudo está associada à necessidade de fortalecer a gestão contábil e fiscal nas organizações, contribuindo para a redução de irregularidades e para a promoção de práticas empresariais mais éticas e sustentáveis. Além disso, a pesquisa possui relevância acadêmica, ao ampliar as discussões sobre controle interno e governança no âmbito das Ciências Contábeis.

2 Marco Teórico / Resultados

2.1 GESTÃO TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS

2.1.1 Conceito de gestão tributária e sua função estratégica nas empresas

A gestão tributária pode ser compreendida como o conjunto de práticas, procedimentos e estratégias voltadas ao adequado cumprimento das obrigações fiscais, bem como à otimização da carga tributária dentro dos limites legais. Trata-se de uma área essencial da gestão empresarial, cuja finalidade não se restringe ao pagamento de tributos, mas abrange o planejamento, controle e monitoramento das operações com impactos fiscais.

Segundo Fabretti (2017), a gestão tributária consiste na administração racional dos tributos, com foco na redução de custos e na prevenção de contingências fiscais que possam comprometer o patrimônio da entidade. Nessa perspectiva, sua atuação está diretamente relacionada à mitigação de riscos e à melhoria do desempenho econômico-financeiro.

Corroborando esse entendimento, Oliveira (2017) e Schoueri (2016) destacam que a gestão tributária evoluiu de uma função meramente operacional para um instrumento estratégico, capaz de influenciar decisões empresariais relevantes, como estrutura societária, localização de operações e definição de preços. Assim, organizações que adotam práticas estruturadas de gestão tributária tendem a alcançar maior eficiência e competitividade no mercado.

Adicionalmente, a função estratégica da gestão tributária está associada à integração entre os setores contábil, financeiro e jurídico, permitindo o alinhamento entre as decisões fiscais e os objetivos organizacionais. Essa integração favorece o controle do fluxo de caixa, a previsibilidade de despesas tributárias e a conformidade com a legislação vigente.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

Nesse contexto, destaca-se também a importância da governança corporativa e da transparência fiscal, elementos fundamentais para a prevenção de irregularidades e para o fortalecimento da credibilidade da empresa perante o mercado e os órgãos fiscalizadores. Assim, a gestão tributária deve ser compreendida como um instrumento estratégico indispensável à sustentabilidade empresarial.

2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

2.2.1 Conceito do planejamento tributário

O planejamento tributário consiste na adoção de estratégias legais destinadas à redução, eliminação ou postergação da carga tributária, por meio da análise prévia das operações empresariais. Trata-se de uma prática lícita, fundamentada no princípio da legalidade, que permite ao contribuinte organizar suas atividades de forma menos onerosa.

Barboza (2017) define o planejamento tributário como um conjunto de mecanismos legais utilizados para minimizar o pagamento de tributos, respeitando a legislação vigente. De forma semelhante, Bazzi (2015) enfatiza que essa prática envolve a análise dos efeitos jurídicos e econômicos das decisões empresariais, com o objetivo de reduzir custos fiscais.

Fabretti (2012) complementa ao afirmar que o planejamento tributário deve ser realizado de forma preventiva, ou seja, antes da ocorrência do fato gerador, permitindo a escolha da alternativa mais vantajosa sob o ponto de vista econômico e legal. Nesse sentido, Carrazza (2020) ressalta que o contribuinte possui o direito de estruturar suas atividades de modo a reduzir sua carga tributária, desde que respeitados os limites da legalidade.

Dessa forma, o planejamento tributário configura-se como uma ferramenta essencial para a gestão empresarial, contribuindo para a eficiência financeira e a segurança jurídica das organizações.

2.2.2 Objetivos e importância do planejamento tributário nas empresas

O planejamento tributário possui como principal objetivo a otimização da carga fiscal, garantindo que a empresa pague apenas os tributos devidos, sem incorrer em ilegalidades. Entretanto, sua importância vai além da economia tributária, abrangendo aspectos estratégicos relacionados à gestão e à tomada de decisão.

Entre seus principais objetivos, destacam-se:

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

- ✓ Redução legal da carga tributária;
- ✓ Prevenção de contingências fiscais;
- ✓ Melhoria do fluxo de caixa;
- ✓ Aumento da competitividade empresarial;
- ✓ Promoção da conformidade tributária.

Conforme Crepaldi (2021), o planejamento tributário também contribui para a racionalização de processos internos, por meio da padronização e automatização de procedimentos fiscais. Além disso, permite maior previsibilidade financeira, favorecendo o planejamento de investimentos e a expansão dos negócios.

Outro aspecto relevante é a sua contribuição para a governança corporativa, uma vez que promove maior transparência e controle das operações fiscais. Dessa forma, reduz-se o risco de práticas ilícitas, como a evasão fiscal, fortalecendo a reputação da organização.

No contexto brasileiro, caracterizado por elevada complexidade tributária e frequentes alterações legislativas, o planejamento tributário torna-se ainda mais relevante, exigindo atuação técnica especializada e constante atualização por parte dos profissionais da contabilidade.

2.3 ESTRUTURA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Nacional (STN) é composto por um conjunto de normas, princípios e instituições que regulam a arrecadação de tributos no Brasil. Sua base legal encontra-se na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional (CTN), que estabelecem as competências tributárias e os princípios que orientam a tributação.

Segundo Fabretti (2017), o sistema tributário brasileiro é fundamentado em princípios como legalidade, isonomia, capacidade contributiva e vedação ao confisco, os quais visam assegurar justiça fiscal e equilíbrio na arrecadação.

Os tributos são classificados em três categorias principais:

- Impostos

São tributos não vinculados, cuja cobrança não depende de contraprestação direta do Estado. Exemplos incluem o Imposto de Renda (IR) e o ICMS.

- Taxas

São tributos vinculados à prestação de serviços públicos ou ao exercício do poder de polícia, como taxas de fiscalização e licenciamento.

- Contribuições

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

Destinam-se ao financiamento de atividades específicas, como as contribuições sociais (ex: INSS) e contribuições de intervenção no domínio econômico.

Apesar de sua importância para o financiamento do Estado, a complexidade do sistema tributário brasileiro representa um desafio significativo para as empresas, aumentando os custos de conformidade e exigindo maior controle das operações fiscais.

2.3.1 Obrigações principais e acessórias

As obrigações tributárias são divididas em principais e acessórias, conforme o artigo 113 do CTN.

A obrigação principal refere-se ao pagamento do tributo ou penalidade, enquanto as obrigações acessórias envolvem deveres instrumentais, como emissão de documentos fiscais, escrituração e envio de declarações.

Com a evolução tecnológica, destaca-se a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, que modernizou a relação entre contribuintes e o fisco. Entre seus principais módulos estão:

- ✓ Escrituração Fiscal Digital (EFD);
- ✓ Escrituração Contábil Digital (ECD);
- ✓ Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Essas ferramentas possibilitam maior controle, transparência e cruzamento de informações fiscais, reduzindo a ocorrência de fraudes e inconsistências.

O não cumprimento dessas obrigações pode resultar em penalidades severas, reforçando a importância da adoção de práticas de compliance tributário, entendido como o conjunto de procedimentos destinados a assegurar a conformidade com a legislação fiscal.

2.3.2 Desafios das micros e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas desempenham papel relevante na economia brasileira, porém enfrentam dificuldades significativas para cumprir a legislação tributária.

Entre os principais desafios, destacam-se:

- ✓ Complexidade do sistema tributário;
- ✓ Elevada carga tributária;
- ✓ Custos com obrigações acessórias;

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

- ✓ Falta de capacitação técnica;
- ✓ Mudanças constantes na legislação.

Embora o regime do Simples Nacional tenha simplificado parte dessas obrigações, muitas empresas ainda apresentam fragilidades na gestão fiscal, o que pode resultar em erros, multas e riscos de evasão fiscal.

Nesse contexto, o profissional contábil assume papel fundamental, atuando como agente estratégico na orientação das empresas, garantindo conformidade legal e contribuindo para a sustentabilidade dos negócios.

2. Material e Método

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos voltados à solução de problemas práticos relacionados à gestão fiscal e aos controles internos da organização estudada.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois visa identificar, analisar e descrever as práticas de controle interno adotadas pela empresa, bem como suas implicações na prevenção da evasão fiscal.

No que se refere à abordagem, a pesquisa é qualitativa, uma vez que busca compreender os fenômenos organizacionais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, permitindo uma análise mais aprofundada dos processos internos e das práticas adotadas.

O procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso único, conforme proposto por Yin (2015), possibilitando uma investigação detalhada da realidade da empresa Modelo. Essa estratégia é especialmente adequada quando se pretende analisar fenômenos contemporâneos em seu contexto real.

A coleta de dados foi realizada por meio de:

- ✓ Entrevistas semiestruturadas com colaboradores dos setores contábil, financeiro e administrativo;
- ✓ Observação direta das rotinas operacionais;
- ✓ Análise documental de registros fiscais e relatórios internos.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de padrões, categorias e inferências relevantes para o estudo. Destaca-se que a pesquisa respeitou os princípios éticos, garantindo o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações coletadas.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 11/06/2026 | aceito: 14/06/2026 | publicação: 17/06/2026

Como limitação do estudo, ressalta-se o fato de ter sido realizado em uma única organização, o que pode restringir a generalização dos resultados. No entanto, os achados contribuem significativamente para a compreensão do tema em contextos semelhantes.

3. Resultados e Discussão

A partir da análise realizada na empresa Modelo, verificou-se que os controles internos exercem papel fundamental na prevenção de irregularidades fiscais e na promoção da conformidade tributária. O estudo evidenciou que a organização possui mecanismos básicos de controle relacionados à emissão de documentos fiscais, conferência de registros financeiros e acompanhamento das obrigações tributárias. Entretanto, também foram identificadas fragilidades significativas nos processos internos, especialmente quanto à padronização das rotinas fiscais e à integração entre os setores envolvidos.

Durante a realização das entrevistas semiestruturadas com os colaboradores dos setores administrativo, financeiro e contábil, observou-se que a empresa busca cumprir suas obrigações fiscais de forma regular, porém muitos procedimentos ainda são executados manualmente, aumentando a possibilidade de erros operacionais, falhas de comunicação e inconsistências nos registros contábeis. Segundo os participantes, a ausência de sistemas totalmente integrados dificulta o controle em tempo real das operações e compromete a eficiência das atividades relacionadas ao controle tributário.

Outro ponto identificado refere-se à inexistência de segregação adequada de funções em determinados processos internos. Em algumas situações, um mesmo colaborador realiza atividades de emissão, conferência e lançamento de documentos fiscais, o que eleva significativamente os riscos de falhas, fraudes e manipulação de informações. Conforme Attie (2018), a segregação de funções representa um dos princípios fundamentais do controle interno, sendo essencial para reduzir vulnerabilidades operacionais e fortalecer a confiabilidade das informações contábeis.

A análise documental demonstrou ainda a ocorrência de inconsistências em registros fiscais, especialmente relacionadas ao arquivamento de documentos e à ausência de padronização em determinadas rotinas administrativas. Verificou-se que parte dos documentos fiscais não seguia critérios organizacionais adequados, dificultando o rastreamento de informações e aumentando os riscos de autuações pelos órgãos fiscalizadores. Essa situação

evidencia a necessidade de implantação de procedimentos mais rigorosos de controle documental e compliance tributário.

Também foi observado que a empresa apresenta limitações quanto à capacitação técnica de seus colaboradores em relação às constantes mudanças da legislação tributária brasileira. Muitos entrevistados relataram dificuldades na interpretação das normas fiscais e no acompanhamento das atualizações relacionadas às obrigações acessórias, especialmente no que se refere ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Tal cenário reforça a importância da educação continuada e da atualização profissional como mecanismos indispensáveis para a redução de riscos fiscais.

No tocante ao uso da tecnologia, constatou-se que a organização utiliza sistemas informatizados apenas parcialmente, o que reduz a eficiência dos controles internos e limita a automatização dos processos contábeis e tributários. Os entrevistados relataram que a ausência de investimentos em softwares integrados de gestão dificulta o monitoramento das operações fiscais, ocasionando retrabalho, demora na conferência de informações e maior exposição a erros humanos. Segundo Crepaldi (2021), a automatização dos controles internos contribui diretamente para a eficiência operacional, transparência das informações e fortalecimento da governança corporativa.

Outro aspecto relevante identificado durante a pesquisa refere-se à cultura organizacional da empresa. Observou-se que, embora exista preocupação da gestão quanto ao cumprimento das obrigações fiscais, ainda não há políticas formais de compliance tributário plenamente estruturadas. A ausência de normas internas específicas, manuais de procedimentos e treinamentos periódicos reduz a efetividade dos mecanismos de controle e dificulta a consolidação de uma cultura voltada à conformidade legal.

A pesquisa também demonstrou que os controles internos existentes concentram-se prioritariamente em aspectos operacionais e financeiros, havendo menor atenção às atividades preventivas relacionadas à análise de riscos fiscais. Isso evidencia a necessidade de implantação de práticas mais estratégicas de gestão tributária, capazes de antecipar possíveis inconsistências e promover maior segurança jurídica à organização.

Além disso, verificou-se que a comunicação entre os setores administrativo, contábil e financeiro apresenta falhas que impactam diretamente a qualidade das informações fiscais geradas pela empresa. Em determinadas situações, informações importantes não são compartilhadas de maneira tempestiva, ocasionando atrasos em lançamentos, divergências nos registros e dificuldades no cumprimento das obrigações acessórias. Tal deficiência compromete a eficiência do controle interno e aumenta os riscos de penalidades fiscais.

Os achados da pesquisa corroboram os estudos de Fabretti (2017), Schoueri (2016) e Padoveze (2019), os quais destacam que a ausência de controles internos eficientes representa um dos principais fatores associados à ocorrência de irregularidades tributárias e inconsistências contábeis nas organizações. Os autores ressaltam ainda que a adoção de práticas estruturadas de governança corporativa e compliance tributário contribui significativamente para a mitigação de riscos e para o fortalecimento da sustentabilidade empresarial.

Sob a perspectiva da gestão contábil, verificou-se que a implementação de controles internos mais robustos pode proporcionar benefícios relevantes à empresa, como maior confiabilidade das demonstrações contábeis, melhoria do fluxo de informações gerenciais, redução de perdas financeiras e fortalecimento da tomada de decisões. Além disso, controles adequados favorecem maior transparência organizacional e contribuem para o aumento da credibilidade da empresa perante investidores, fornecedores, clientes e órgãos fiscalizadores.

Outro resultado relevante refere-se à percepção dos colaboradores quanto à importância da ética organizacional na prevenção da evasão fiscal. A maioria dos entrevistados reconheceu que práticas ilícitas relacionadas à omissão de receitas ou à não emissão de documentos fiscais podem comprometer não apenas a situação financeira da empresa, mas também sua imagem institucional e permanência no mercado. Essa percepção demonstra que a conscientização ética constitui elemento essencial para o fortalecimento dos controles internos e para a promoção da conformidade tributária.

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se que a empresa invista na implantação de políticas formais de compliance tributário, programas contínuos de capacitação profissional, automatização dos processos fiscais e melhoria da integração entre os setores organizacionais. Sugere-se ainda a adoção de auditorias internas periódicas, revisão dos procedimentos de controle documental e fortalecimento das práticas de governança corporativa.

Dessa forma, os resultados evidenciam que o controle interno deve ser compreendido não apenas como instrumento de fiscalização, mas como ferramenta estratégica de gestão, capaz de contribuir para a eficiência operacional, redução de riscos fiscais, transparência organizacional e sustentabilidade econômica das empresas. O fortalecimento desses mecanismos torna-se indispensável em um cenário tributário cada vez mais complexo e fiscalizado, especialmente no contexto brasileiro, caracterizado pela elevada carga tributária e constantes alterações legislativas.

Considerações Finais

O presente estudo forneceu uma visão sobre a importância das práticas de controle interno como um mecanismo básico para evitar a evasão fiscal e melhorar a conformidade tributária nas empresas. No estudo de caso da empresa Modelo, verificou-se que controles internos eficazes tem efeito direto na eficiência da gestão contábil, transparência das operações e redução de riscos fiscais.

Também foi observado que manter um sistema de controle bem articulado possibilita o cumprimento dos requisitos legais com eficiência e agilidade, otimiza os procedimentos administrativos relacionados à tomada de decisões e proporciona maior segurança, assim como sustentabilidade financeira. Assim, reforça-se a importância de que as empresas busquem permanentemente investir em práticas de controle interno, bem como em educação profissional e mudanças regulatórias, para que a gestão empresarial atue de forma ética, satisfazendo de maneira eficiente as exigências legais do mercado atual.

Referências

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BARBOZA, Jovi. **Contabilidade e planejamento tributário**. 9. ed. Maringá: Editora Projus, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.

BAZZI, Samir (org.). **Gestão tributária**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. (Bibliografia Universitária Pearson).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 23 jan. 2007. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 20 out. 2025.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário aplicado**: impostos e contribuições das empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Antonio Sérgio de. **Sped nas pequenas empresas**: guia do empresário. 2. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2017. 1 recurso online (ePUB, 25 Mb).

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis**: fundamentos e análise. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Planejamento tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

YIN, Robert K**. Estudo de caso**: planejamento e métodos. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.